

1
2 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

3
4 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
5 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

6
7
8
9
10 **Ata Da 48ª Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral**
11 **Paranaense. Às nove horas do dia vinte e um de dezembro de 2006**, no Auditório
12 Jurandir dos Santos Carneiro, na Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Recursos
13 reuniram-se, sob a Presidência do Sr. **Lindsley da Silva Rasca Rodrigues**, Secretário de
14 Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos e Presidente do COLIT, os seguintes
15 membros do Conselho: Sr. **Geraldo Luiz Farias**, representante da Secretaria de Estado
16 do Desenvolvimento Urbano; Sr. **Ary Talamini Júnior** e Sr. **Heitor Ângelo Scremin**
17 **França**, representantes da Secretaria de Estado Planejamento e Coordenação Geral; Sr.
18 **Celso de Souza Caron**, representante da Secretaria de Estado do Turismo; Sr. **Mauro**
19 **Medeiros Cavalcanti**, representante da Secretaria de Estado dos Transportes; Sra. **Vera**
20 **Maria Haj Mussi Augusto**, representante da Secretaria de Estado da Cultura; Sr. **João**
21 **Galdino**, representante do município de Guaraqueçaba; Sr. **Miguel Jamur**, representante
22 do Município de Guaratuba; Sr. **Luciano Pizzatto**, representante das Federações
23 Patronais; Sr. **Sérgio Gonçalves de Lima**, representante da Federação dos
24 Trabalhadores; Sr. **Joel Kruger**, representante do Conselho Regional de Engenharia,
25 Arquitetura e Agronomia do Paraná. O Sr. Presidente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues
26 cumprimenta os presentes e parabeniza a Sra. Vera Mussi, Secretária de Estado da
27 Cultura, pela bela publicação – Espirais do Tempo – distribuída aos presentes. Agradece
28 a presença de todos a esta reunião que visa criar um calendário importante em relação
29 aos Planos Diretores dos Municípios do Litoral Paranaense, envolvendo, inclusive, a Ilha
30 do Mel. Registra que o Plano Diretor de Matinhos foi premiado na Bienal em São Paulo,
31 um prêmio extremamente importante para a concepção do Plano Diretor de uma cidade,
32 desde a forma como ele foi construído e a forma como ele está sendo discutido e espera-
33 se ser implementado. Ressalta a importância desse prêmio, já que concorreu com vários
34 outros do país e parabeniza a Arquitecta Carmem Leal e sua equipe. Continua dizendo que
35 está de parabéns o Conselho, estão de parabéns os municípios do Litoral que estão
36 construindo seus planos diretores com grande discussão e com grande paciência.
37 Entende-se que um plano diretor não é um plano acabado, ele tem que nascer com uma
38 linha muito forte para que não possa ser alterado ao jugo de cada gestor público, que
39 acaba de quatro em quatro anos assumindo o cargo de dirigente máximo do município.
40 Declara aberta a reunião e passa a palavra para o Sr. **Luiz Fernando Gomes Braga**,
41 Secretário Executivo do COLIT para encaminhar de acordo com a pauta previamente
42 enviada aos Conselheiros. O Sr. Luiz Fernando Gomes Braga coloca que a Secretaria
43 Executiva encaminhou aos Senhores Conselheiros as atas da primeira Reunião
44 Extraordinária (2ª. parte) e da 47ª Reunião Ordinária, reuniões que se realizaram no dia
45 cinco de outubro – uma pela manhã e outra à tarde. Pergunta se os Conselheiros todos
46 receberam no seu devido tempo esses documentos e se sentem aptos a votar à
aprovação das mesmas. Não havendo manifestação contrária solicita que os
Conselheiros que aprovam o teor da ata da primeira Reunião Extraordinária de 2006 (2ª.
parte) permaneçam como estão; os Conselheiros que tiverem alguma manifestação
contrária à ata ou de alguma parte levantem a mão. APROVADA POR UNANIMIDADE a
ata da primeira Reunião Extraordinária de 2006 (2ª. parte). Na seqüência coloca em
votação a Ata da 47ª Reunião Ordinária, também APROVADA POR UNANIMIDADE.
Passa para o próximo ponto de pauta - informes sobre as relatorias dos Planos Diretores.
Lembra que na última reunião foram convidados os Secretários – Conselheiros,
representantes da Secretaria da Cultura, Planejamento e Desenvolvimento Urbano para

13
14
15
16
17
18
19
20
21
22
23
24

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

47 coordenarem a relatoria, respectivamente dos Planos Diretores de Guaraqueçaba, de
48 Antonina e de Matinhos. Continua dizendo que esse trabalho está sendo desenvolvido a
49 partir das equipes que foram designadas para esse fim, e que várias reuniões foram
50 realizadas, inclusive reuniões conjuntas em que houve um esforço de horizontalização
51 das informações para que essas relatorias se fizessem baseadas em critérios similares,
52 critérios mínimos para todos os Planos. Esclarece que na reunião anterior do Conselho foi
53 definido o prazo de quarenta e cinco dias para que essas relatorias se desenvolvessem o
54 que, na prática, mostrou ser um prazo muito curto para o trabalho. Assim, submete ao
55 Conselho a extensão do prazo dessas relatorias e, na seqüência, será discutido o
56 calendário das reuniões do Conselho para o primeiro
57 quadrimestre, primeiro semestre praticamente de 2007 onde se dará um conjunto de
58 reuniões e de tarefas relativamente pesadas para a análise de todos esses Planos –
59 incluindo o Plano de Uso e Ocupação da Ilha do Mel, encaminhado agora, no começo de
60 dezembro, pelo IAP. Prossegue solicitando aos coordenadores das relatorias que façam
61 um breve informe do andamento dos trabalhos, sem a pretensão de entrar em discussão
62 de conteúdo neste momento, mas de apresentar uma posição aos Conselheiros e uma
63 solicitação de extensão dos prazos. Passa a palavra para o Sr. Heitor Ângelo Scremin
64 França, da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, o qual informa
65 que está presente na condição de representante do Secretário Nestor Bueno e que a
66 equipe da Secretaria começou a leitura do Plano Diretor do município de Antonina e em
67 parceria com outras Secretarias vêm realizando reuniões de trabalho. Na seqüência diz
68 que a coordenação dos trabalhos de relatoria estão a cargo do Eng. Ary Talamini que
69 trabalha na Coordenadoria de Programas do Governo e passa a palavra ao mesmo para
70 que faça a leitura do relatório inicial dos trabalhos, cuja cópia é distribuída aos presentes.
71 A seguir a transcrição do documento: *“SITUAÇÃO DA RELATORIA DO PLANO
72 DIRETOR DE ANTONINA – INTRODUÇÃO: A Prefeitura Municipal de Antonina, em
73 cumprimento à Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001, denominada de Estatuto da
74 Cidade, elaborou o seu Plano Diretor Municipal, submetendo-o à aprovação do Conselho
75 do Litoral – COLIT. Conforme deliberação do COLIT, em sua reunião do dia 5 de outubro
76 de 2006, a Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL ficou
77 com a incumbência de fazer a análise e Relatoria deste Plano e apresentá-la em um
78 prazo previamente fixado em 45 dias. Para cumprir tal tarefa, foi constituído, no âmbito do
79 Centro de Coordenação de Programas de Governo – CCPG, da SEPL, um grupo de
80 trabalho informal. Em função da complexidade do assunto, buscou-se grupo heterogêneo,
81 multidisciplinar, com a participação de especialistas em desenvolvimento urbano,
82 economia urbana, economia rural e finanças municipais. O início dos trabalhos se deu
83 com a marcação de reuniões individuais com três órgãos de Estado: o próprio COLIT, a
84 Secretaria de Turismo e a Paranacidade, em função de suas importâncias no contexto do
85 Plano Diretor, visando a elucidar questões pendentes do mencionado grupo de trabalho.
86 Um dos resultados dessas reuniões foi o estabelecimento de que as seis secretarias de
87 Estado que participam do COLIT (Meio Ambiente, Cultura, Transportes, Turismo,
88 Desenvolvimento Urbano e Planejamento), participariam em conjunto das análises dos
89 Planos diretores dos Municípios do Litoral do Estado, respeitando-se as Relatorias
90 individuais. Como as secretarias do Planejamento, Cultura e Desenvolvimento Urbano
91 ficaram com as Relatorias dos PDM de Antonina, Guaraqueçaba e Matinhos,
92 respectivamente, as pastas do Meio Ambiente, Transporte e turismo ficaram com a*

25
26 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

27
28 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
29 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**
30
31

32
33
93 *missão de analisar os PDM setorialmente e discutir o resultado com as outras três. Em*
94 *função da complexidade de um Plano Diretor, o primeiro trabalho da SEPL foi a definição*
95 *do principal objetivo da Relatoria, estabelecendo em conjunto com o COLIT em: “avaliar o*
96 *que o PDM dispõe sobre o Uso e Ocupação do Solo no território de Antonina sob a luz*
97 *das leis estaduais e federais, notadamente o Decreto Estadual nº 2722/84”. Por outro*
98 *lado, foi um consenso da equipe técnica que mesmo questões que não estão*
99 *relacionadas diretamente com o uso e ocupação do solo podem nele intervir, o que*
100 *recomendaria uma análise do PDM em todos os seus aspectos. Portanto, foi estabelecida*
101 *a necessidade de todo o PDM, que redundaria em dois tipos distintos de informações:*
102 *necessidades de alterações em função de inconsistências diagnosticadas e*
103 *recomendações de modificações. ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O PDM: Para*
104 *a realização do PDM de Antonina, a Prefeitura contratou a empresa SOMA – Soluções em*
105 *Meio Ambiente, que coordenou todo o trabalho. O Plano Diretor Municipal de Antonina*
106 *que foi encaminhado para a SEPL está dividido em 5 volumes: Volume I – Avaliação*
107 *Temática; Volume II – Condicionantes e Proposições; Volume III – Leis e Planos de Ação;*
108 *Volume IV – Atividade Portuária; Volume V – Mapas. O Volume I apresenta as*
109 *informações básicas sobre Antonina, enfocando o Meio Físico, o Meio Biológico e o Meio*
110 *Social. O Volume II contém as condicionantes e as proposições estabelecidas para cada*
111 *um dos seguintes pontos: a preservação ambiental, promoção do desenvolvimento*
112 *econômico, uso e ocupação do solo, política habitacional, infra-estrutura, equipamentos*
113 *comunitários, macrozoneamento e*
114 *diretrizes institucionais. O volume III traz um conjunto de 12 leis: Plano Diretor,*
115 *Parcelamento do Solo, Zoneamento Rural e Urbano, Perímetro Urbano, sistema viário,*
116 *Código de Obras, Código de Posturas, Operações Urbanas Consorciadas, Transferência*
117 *do Direito de Construir, Uso Compulsório e IPTU Progressivo, Direito de Preempção e o*
118 *Estudo de Impacto de vizinhança. Este conjunto de leis representa a parte mais*
119 *importante do Plano Diretor Municipal, e o trabalho de Relatoria está, atualmente,*
120 *analisando toda esta legislação. Este volume também contém o Plano de Ação que deve*
121 *apresentar a forma de implementação do PDM através de seu relacionamento com as*
122 *peças orçamentárias municipais ou seja, o Plano Plurianual – PPA, a Lei do Orçamento e*
123 *a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO. O Volume IV reúne as informações sobre o*
124 *Porto de Antonina, e o Volume V apresenta todos os mapas relativos ao PDM. ALGUMAS*
125 *MEDIDAS TOMADAS: A SEPL durante o mês de outubro do corrente ano, analisou o*
126 *PDM de Antonina com três equipes de trabalho: a primeira estudando os aspectos de uso*
127 *e ocupação do solo, a segunda tratando dos aspectos econômicos-sociais e a terceira*
128 *verificando os aspectos da agricultura, pecuária e pesca. Além disso, foram agregadas as*
129 *análises setoriais advindas das secretarias de Turismo, Transporte e Cultura Este*
130 *trabalho resultou em um relatório preliminar que contém uma série de pontos para*
131 *discussão com os responsáveis pelo PDM, que poderiam redundar em questões a serem*
132 *modificadas ou recomendações para a Prefeitura Municipal Com o relatório preliminar*
133 *em mãos a SEPL marcou uma reunião com a Prefeitura Municipal de Antonina, ocorrida*
134 *no dia 17 de novembro, naquele município. Participaram da reunião o Secretário*
135 *Municipal de Obras de Antonina, que foi o Coordenador do Núcleo Gestor que continha a*
136 *equipe local responsável pelo acompanhamento do PDM junto à SOMA, além de*
137 *representantes da SAMAE e de outras secretarias municipais. Nesta reunião, foi*
138 *apresentado o relatório preliminar de análise do PDM, chegando-se à conclusão que*

34
35
36

37

38 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

39

40

41 **CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL**
42 **DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

43

44

45

139 *vários dos pontos ali relatados deveriam ser modificados. Ao final da reunião, o secretário*
140 *municipal de Obras, solicitou à SEPL que mantivesse contato com representantes da*
141 *SOMA, mais especificamente com os dois arquitetos responsáveis pelo andamento do*
142 *PDM, e apresentasse a eles o relatório preliminar. Esta reunião ocorreu no dia 4 de*
143 *dezembro, na própria SEPL, e os pontos colocados no relatório foram amplamente*
144 *discutidos e avaliados. Chegou-se a conclusão que boa parte do contido no relatório*
145 *poderia ser agregada ao PDM, através de modificações nos textos das leis ou do próprio*
146 *volume de diagnóstico e de diretrizes (Volumes I e II). A empresa já demonstrou empenho*
147 *em realizar todas as modificações que forem apontadas pela Relatoria da SEPL, como*
148 *necessárias, o que deve acontecer a partir de janeiro de 2007. Ao mesmo tempo, a*
149 *Prefeitura Municipal de Antonina mandou uma correspondência à consultoria solicitando*
150 *que fossem tomadas as medidas necessárias para a aprovação do PDM junto ao COLIT.*
151 *A SEPL continuou, após as duas reuniões, a proceder a análise do PDM de Antonina,*
152 *podendo-se dizer que até a presente data mais de 90% da mesma já foi realizada, o que*
153 *ocasionará novas reuniões com a Prefeitura e a Consultoria. Esta é a situação dos*
154 *trabalhos que vão desembocar na Relatoria do Plano Diretor de Antonina. Curitiba, 18 de*
155 *dezembro de 2006. Ary Talamini Junior/Engenheiro Civil; De Acordo: Heitor Ângelo*
156 *Scremin França/Diretor Geral – SEPL. Dando continuidade aos trabalhos o Secretário*
157 *Executivo do COLIT, Sr. Luiz Fernando Gomes Braga convida a Secretária de Estado da*
158 *Cultura, Sra. Vera Mussi. A Secretária Vera Mussi informa que a Secretaria de Estado da*
159 *Cultura ficou encarregada da relatoria do Plano Diretor de Guaraqueçaba e coloca que*
160 *como pode ser visto pela publicação entregue aos Conselheiros a Secretaria de Estado*
161 *da Cultura é o órgão responsável pelos bens tombados do Estado. Informa ainda que a*
162 *análise da Secretaria da Cultura em relação ao Plano Diretor de Guaraqueçaba vai muito*
163 *na direção de alguns itens relativos ao tombamento. E procede a leitura do relatório, o*
164 *qual transcrevemos: “Informe preliminar acerca das observações sobre o Plano Diretor de*
165 *Guaraqueçaba - Dada a complexidade da proposta apresentada, a observação preliminar*
166 *se ateve a área tombada que é o objeto de interesse desta secretaria. 1 - O Plano Diretor*
167 *foi elaborado sem levar em conta os tombamentos da Serra do Mar e da Ilha do*
168 *Superagüi, não constando do Art. 24, que trata de legislação ambiental e nem do Art. 32,*
169 *que trata do patrimônio e da cultura. Deverá se fazer menção aos tombamentos e à*
170 *normatização de uso, tanto da Serra do Mar quanto da Ilha de*
171 *Superagüi. 2) O Plano estabelece propostas em diversas áreas como, ecoturismo, uso do*
172 *solo agrícola, pesquisas em biotecnologia, que podem implicar, na sua implantação, na*
173 *necessidade de uma avaliação específica, caso a caso, pela SEEC. Todavia o grau de*
174 *generalidade com que estão postas no momento não permitem avaliação de uma*
175 *compatibilização com as normativas do tombamento. 3) Há um único caso em que estas*
176 *propostas requerem uma explicação mais detalhada de seu embasamento técnico, qual*
177 *seja a proposta de uso e ocupação do solo para a sede do município e para superagüi,*
178 *para os quais tal necessidade de discussões técnicas mais detalhadas com a equipe da*
179 *CPC/SEEC”. Retomando a palavra, o Sr. Secretário Executivo, Luiz Fernando Braga*
180 *agradece a Secretária Vera Mussi e passa a palavra ao Sr. Geraldo Luiz Farias, da*
181 *Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano – SEDU. O Sr. Geraldo Farias, em*
182 *nome do Secretário Forte Netto, apresenta as desculpas pelo seu não comparecimento*
183 *em função dos compromissos agendados. Destaca que o Sr. Braga comentou e é*
184 *importante enfatizar a questão da homogeneização dos critérios e da análise dos planos,*

46

47

48

49
50
51
52
54
55
56
57

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

185 face à característica destes planos e desta legislação que existe no litoral, inclusive agora
186 agregou-se a nova legislação da questão da mata atlântica. Esclarece que no caso da
187 SEDU/Paranacidade dois técnicos estão acompanhando isso, com as reuniões nas
188 Secretarias da Agricultura, dos Transportes e do Planejamento e solicita ao Arquiteto
189 Carlos Saldanha, que está efetivamente trabalhando no assunto, para que faça a
190 explanação deste relatório preliminar da análise do Plano de Matinhos. O Senhor Carlos
191 Saldanha cumprimenta os presentes e informa que o Plano Diretor e Participativo de
192 Desenvolvimento Integrado do município de Matinhos, finalizado em meados desse ano,
193 foi um trabalho desenvolvido pelo Conselho do Litoral através do termo de cooperação
194 entre o Estado do Paraná e o município de Matinhos, com o acompanhamento da equipe
195 técnica municipal. A seguir passa a leitura do relatório Preliminar, cujo conteúdo
196 transcrevemos: *SEDU – PARANACIDADE – ANÁLISE TÉCNICA No 293-II/2006 –*
197 *CPR/DOP - Assunto: Relatório Preliminar do Plano Diretor Participativo de*
198 *Desenvolvimento Integrado (PDPDI) do Município de Matinhos. Recursos: Próprios.*
199 *Município: Matinhos. Consultoria: Conselho do Litoral, através do Termo de Cooperação*
200 *entre o Estado do Paraná e o Município de Matinhos. Interessado: Conselho do Litoral*
201 *(COLIT). Considerações: Este relatório tem por objetivo informar ao Conselho do Litoral*
202 *em que fase se encontra a análise do PDPDI do Município de Matinhos, da qual a*
203 *Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano (SEDU) é relatora. O Município de*
204 *Matinhos teve seu Plano Diretor Participativo e de Desenvolvimento Integrado (PDPDI)*
205 *finalizado em meados deste ano, trabalho este, desenvolvido pelo Conselho do Litoral*
206 *(através do Termo de Cooperação entre o Estado do Paraná e o Município de Matinhos)*
207 *e com acompanhamento da Equipe Técnica Municipal. Foram elaborados 11 (onze)*
208 *minutas de anteprojetos de lei fundamentados num trabalho técnico e enviados à Câmara*
209 *Municipal de Matinhos para devida apreciação e aprovação. Abaixo, a relação dos*
210 *Projetos de Leis e suas respectivas descrições: Projeto de Lei nº 29 – “LEI DO PLANO*
211 *DIRETOR” – Transformada em Lei Municipal nº 1067; Projeto de Lei nº 30 – “LEI DO*
212 *PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL” – Transformada em Lei Municipal nº 1046; Projeto*
213 *de Lei nº 31 – “LEI DO ZONEAMENTO AMBIENTAL, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO*
214 *RURAL” – Transformada em Lei Municipal nº 1047; Projeto de Lei nº 32 – “LEI SISTEMA*
215 *VIÁRIO” – Transformada em Lei Municipal nº 1048; Projeto de Lei nº 33 – “LEI DO*
216 *ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO” – Transformada em Lei*
217 *Municipal nº 1068. Projeto de Lei nº 34 – “LEI DO PARCELAMENTO DO SOLO*
218 *URBANO” – Transformada em Lei Municipal nº 1049; Projeto de Lei nº 35 – “LEI DO*
219 *FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO” – Transformada em Lei Municipal nº*
220 *1050; Projeto de Lei nº 36 – “LEI DA OUTORGA ONEROSA DO DIREITO DE*
221 *CONSTRUIR” – Transformada em Lei Municipal nº 1069; Projeto de Lei nº 37 – “CÓDIGO*
222 *DE OBRAS” – Transformada em Lei Municipal nº 1070; Projeto de Lei nº 38 – “CÓDIGO*
223 *DE POSTURAS” – Transformada em Lei Municipal nº 1051; Projeto de Lei nº 39 – “LEI*
224 *DOS PASSEIOS PÚBLICOS” – Transformada em Lei Municipal nº 1052. 1. ANÁLISES*
225 *REALIZADAS ATÉ A PRESENTE DATA: – Processo de construção do PDPDI do*
226 *Município de Matinhos no que concerne á legalidade do plano (atas das audiências*
227 *públicas, divulgação, participação popular; número de audiências, leituras*
228 *técnicas/comunitárias, etc...); 1.1 Lei do Perímetro Urbano do Município; 1.2 Sistema*
229 *viário rural e urbano do Município de Matinhos; 1.3Análise das minutas de anteprojetos de*
230 *leis, análise das leis efetivamente aprovadas pela Câmara Municipal de Matinhos e o*

58
59
60

61
62
63
64
66
67
68
69

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

231 *comparativo das alterações nas respectivas leis. 1.4 Leis analisadas: LEI DO PLANO*
232 *DIRETOR; LEI DO ZONEAMENTO, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO URBANO; LEI DO*
233 *PERÍMETRO URBANO MUNICIPAL; LEI DO SISTEMA VIÁRIO. 2. ANÁLISES A SEREM*
234 *REALIZADAS POR ESSA RELATORIA: 2.1 – Análises das minutas de anteprojetos de*
235 *leis, análise das leis aprovadas pela Câmara Municipal de Matinhos e o comparativo das*
236 *alterações entre as minutas de anteprojetos de leis e as leis aprovadas e vigentes:*
237 *CÓDIGO DE OBRAS; LEI DA OUTORGA ONEROSA; LEI DO PARCELAMENTO DO*
238 *SOLO; LEI DO ZONEAMENTO AMBIENTAL, USO E OCUPAÇÃO DO SOLO RURAL;*
239 *CÓDIGO DE POSTURAS; LEI DO FUNDO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO. 2.2 –*
240 *Análise comparativa da Lei aprovada do Zoneamento, Uso e Ocupação do Solo Urbano*
241 *com relação ao Decreto Estadual 2722/84, através de sobreposição de mapas; 2.3 -*
242 *Avaliação do Processo Permanente de Planejamento e Gestão proposto, que*
243 *compreende: a estrutura proposta para que a Prefeitura Municipal acompanhe e*
244 *implemente o Plano Diretor; a relação entre o Plano Diretor e a Lei de Diretrizes*
245 *Orçamentárias, o Plano Plurianual e a Lei Orçamentária; 2.4 - Plano de Ação e*
246 *Investimentos, com estimativa de custos e projeção da capacidade de investimentos do*
247 *município, também sendo considerados a capacidade de endividamento e alternativas de*
248 *parcerias, inclusive emendas no orçamentos do Estado do Paraná e União; 2.5 -*
249 *Indicadores sociais, infra-estrutura e de gestão do PDPDI; 2.6 - Avaliações conjuntas com*
250 *demais Secretarias de Estado para projetos propostos. Tais análises deverão compor um*
251 *único documento, devidamente fundamentado, propondo complementações, alterações e*
252 *considerações, ou referendando as leis aprovadas pelo legislativo Municipal, levando-se*
253 *em consideração a legalidade destas em relação à legislação estadual e federal. Os*
254 *trabalhos finais desta Relatoria deverão ser apresentados na data a ser definida na*
255 *reunião agendada para 21 de dezembro de 2007. Curitiba, 20 de dezembro de 2006.*
256 *Carlos Storer/ Analista de Desenvolvimento Municipal; Carlos Saldanha/ Analista de*
257 *Desenvolvimento Municipal; Geraldo Luiz Farias/Coordenador ERML -*
258 *SEDU/PARANACIDADE Agradece aos presentes e repassa a palavra ao Sr. Secretário*
259 *Executivo.O Sr. Luiz Fernando Gomes Braga agradece aos Conselheiros e observa que*
260 *como foi dito inicialmente trata-se de um informe sobre o andamento das relatorias e que*
261 *antes de iniciar-se a discussão do calendário passa a palavra ao Presidente do Conselho.*
262 *O Senhor Presidente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, opina que independentemente*
263 *de ser informe, entende que muitas das questões que foram levantadas já têm demandas*
264 *e que nesse período poderão ser elucidadas para que se tenha o relatório final; além*
265 *disso, as demandas dependem de outros setores também, então que os trabalhos se*
266 *desdobrem no sentido de que as questões levantadas já tenham uma orientação para as*
267 *soluções. Agradece e passa a palavra ao Conselheiro Luciano Pizzatto que diz entender*
268 *que a presente reunião não é um fórum de debates, mas que gostaria de levantar*
269 *algumas questões para ajudar na análise para futuro debate. Primeiro parabeniza a*
270 *equipe da Secretaria e solicita que se transmita á Arquiteta Carmen Leal e sua equipe o*
271 *reconhecimento e orgulho de ver o trabalho do Conselho sendo premiado em São Paulo.*
272 *Em relação ao Plano Diretor da Ilha do Mel solicita ao Secretário Executivo, se possível,*
273 *enviar uma cópia da minuta em discussão que gostaria de tomar conhecimento. Com*
274 *relação ao que está sendo discutido, diz que como o Secretário Rasca muito bem*
275 *colocou, todos os Planos Diretores estão tendo um momento ímpar de cuidar da questão*
276 *ambiental com grande ênfase e destaca que segundo lhe parece fomos de uma maneira*

70
71
72

73
74
75
76
77
78
79
80
81

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

277 benéfica atropelados por modificações nacionais da Política Nacional de Meio Ambiente.
278 Continua informando que todos os Planos Diretores que já leu e participou (de pelo
279 menos uma audiência em cada cidade) estão intempestivos em relação a essa legislação
280 e que não poderão se desenvolver se a Secretaria Estadual do Meio Ambiente não tomar
281 uma posição clara. Comenta que a alteração do Artigo 19 do Código Florestal Brasileiro,
282 que passou as atribuições na área de licenciamento no setor florestal aos estados e que
283 de maneira surpreendente o Conama já regulamentou por uma Resolução durante o
284 período eleitoral. Continua dizendo que nesta regulamentação lhe parece que no Estado
285 do Paraná o Ibama não teria mais muito que tecer comentários, já que na área de manejo,
286 por exemplo, só caberiam ao Ibama áreas superiores a cinquenta mil hectares de planos
287 de manejo. Em relação às espécies ameaçadas de extinção, o Conama tomou uma
288 atitude muito séria e colocou que a lista que deverá ser respeitada para consulta não é
289 mais a lista baixada pelo Ibama ou pelos estados e sim o anexo II do Sist que é a
290 Convenção Internacional e que neste caso o Estado do Paraná não tem nenhuma espécie
291 na lista de extinção do Sist. Até a Araucária, a única listada no anexo II é a Araucária
292 Araucana da Argentina e não a araucária angustifolia. O Sist é um fórum muito sério que
293 para se colocar uma espécie naquela lista precisa de estudos profundos e difere da
294 política. Portanto, se o Estado do Paraná rapidamente assumir essa posição, e como vão
295 funcionar os municípios que estão inclusive assumindo, a parte ambiental, como
296 Guaratuba, terão uma dificuldade enorme de fechar nas suas leis esse procedimento, até
297 porque a Resolução do Conama deu atribuições aos municípios. Da mesma forma que
298 concedeu atribuições ótimas, sem necessidade de consulta ao Ibama ou ao Estado,
299 entende que além da atribuição um ônus enorme que o Secretário do Meio Ambiente terá
300 trabalho e que não será fácil. Além do que as ações indenizatórias que o Ibama já
301 responde cessaram no dia da publicação dessa lei, passa o Estado a responder e o
302 Ibama, numa ação já se manifestou dizendo que o problema é do Estado e que só o
303 Estado para pagar as indenizações. Alerta que o Estado tem que agir com muita rapidez,
304 porque o passivo será muito alto. Em relação às indenizações, na Lei da Mata Atlântica,
305 aprovada depois de tantos anos, a única emenda aprovada pelo Senado que excluía da
306 indenização a área de espécie de extinção, protegidas, etc., não foi aceita e não foi
307 aprovada. Portanto, se o Presidente da República vetar o artigo que garante a
308 indenização, aplica-se a legislação em vigor. Ou seja, todas as áreas serão passíveis de
309 indenização. Não há a menor possibilidade hoje de se ter outra alternativa. No caso do
310 litoral, se o Paraná seguir o exemplo de São Paulo quebra-se o Paraná. Então é
311 importante essa normatização. E, como muito bem foi lembrado pelo colega da Secretaria
312 de Desenvolvimento Urbano, a lei de Mata Atlântica será sancionada pelo prazo
313 constitucional dentro de dez dias no máximo pelo Presidente da República, porque foi
314 para sanção semana passada. Continua dizendo que é o texto, e que o conhece muito
315 bem, e as poucas alterações que teve de 99 para cá não alteraram o conceito de que as
316 áreas ou espécie em extinção podem ser manejadas e foram inseridos dois termos
317 adicionais de que também poderão ser manejadas e aí usaram a palavra vulnerado,
318 portanto, vulnerável é uma categoria específica onde está incluída aí uma série de
319 espécies hoje restritas. E referendou o conceito de manejo, referendou o conceito de que
320 árvores plantadas, independente de serem nativas ou não, de acordo com o Artigo 12 do
321 Código Florestal 53 da Lei Estadual de Floresta, não precisam de autorização. Portanto,
322 os municípios não têm mais que ouvir - nunca precisaram, mas não têm mesmo que ouvir

82
83
84

85

86 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

87

88

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

90

91

92

93

323 nem o órgão estadual, nem o federal para cuidar da sua arborização urbana, cortar
324 árvores plantadas, etc, e tudo isso não consta dos planos diretores. Ressalta que está
325 falando só na questão ambiental e que, portanto, se fomos atropelados por notícias boas
326 da história e não podemos discutir os planos diretores sem que tudo isso seja visto como
327 será a política estadual, porque tudo tem a ver com a Secretaria de Meio Ambiente.
328 Finaliza destacando que leu no jornal hoje sobre o engordamento das praias que será
329 feito com o resíduo da retirada da dragagem do canal de Paranaguá e não lembra de ter
330 sido discutido isso aqui no Conselho do Litoral, como também não lembra de ter discutido
331 a autorização do licenciamento do canal. E se for para fazer algum engordamento
332 poderíamos começar com a Ilha do Mel que está sendo destruída e é muito mais fácil
333 descarregar ali do que ir até a outras regiões. Esclarece que faz esse alerta por entender
334 que é um assunto que interessa a todos e seria interessante na próxima reunião uma
335 discussão ou pelo menos a apresentação do que vem a ser isso. Agradece ao Presidente.
336 O Secretário Executivo agradece e informa que a palavra continua aberta. O Conselheiro
337 Celso de Souza Caron pede a palavra, cumprimenta os presentes e diz que o litoral do
338 Paraná é um litoral maravilhoso e ninguém mais hoje em dia duvida de que ele já é um
339 dos ícones do turismo do Paraná. Cada vez mais se consolida como um grande ícone do
340 nosso turismo. Diz que o Paraná está trabalhando o seu turismo de forma regionalizada,
341 que são nove regiões que estão sendo trabalhadas das quais quatro são prioritárias e
342 uma dessas quatro é exatamente o litoral do Paraná. Coloca que acredita que todos os
343 presentes também concordam que o turismo é um segmento importantíssimo da
344 economia do litoral e que na elaboração desses planos diretores o turismo deve ser
345 levado muito em conta, a exploração do turismo em todos os sete municípios do litoral.
346 Informa que para tanto, preparou na Secretaria de Turismo algumas considerações,
347 algumas idéias para que se possa realmente inserir o turismo na discussão dos planos
348 diretores. Nesse momento entrega relação de sugestões para as mãos do Secretário de
349 Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues e ao
350 Secretário Executivo do COLIT, Luiz Fernando Gomes Braga para que sejam analisadas
351 e levadas em consideração e se possível discutidas na próxima reunião do Conselho.
352 Agradece a todos. O Secretário Executivo informa que o documento está aceito e será
353 inserido em ata os pontos recomendados e informa que a palavra continua aberta. Não
354 havendo mais manifestações sugere que se discuta o próximo ponto da pauta - a
355 aprovação do calendário para as reuniões do Conselho, já que as tarefas todas,
356 ampliadas pelas observações extremamente pertinentes e oportunas do Conselheiro
357 Pizzatto, do Conselheiro Caron e das próprias colocações feitas pelas relatorias da
358 Secretaria do Planejamento, da Secretaria da Cultura e da Secretaria de Desenvolvimento
359 Urbano, que chamam a atenção para vários aspectos permanentes da questão e que
360 devem ser incorporados e levados em consideração na formulação, discussão e
361 aprovação dos planos. Lembra que um dos pontos culminantes da discussão dos Planos
362 Diretores é a própria discussão da revisão da legislação estadual que regula o
363 parcelamento e uso e ocupação do solo em todo o território. Lembra que a legislação
364 estadual tem que ser ajustada ao que ficar aprovado pelos planos municipais para que
365 não se gere conflito jurídico. Considera que nesses termos é muito importante que se
366 traga á discussão, no momento oportuno, por exemplo, do significado mais amplo do que
367 é o tombamento nas áreas tanto do Parque Nacional, da Ilha de Superagüi, o próprio
368 tombamento da Serra do Mar, as questões levantadas pelo Conselheiro Pizzatto, e como

94

95

96

97
98
99
100
102
103
104
105
369
370
371
372
373
374
375
376
377
378
379
380
381
382
383
384
385
386
387
388
389
390
391
392
393
394
395
396
397
398
399
400
401
402
403
404
405
406
407
408
409
410
411
412
413
414

106
107
108

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

já foi feita essa referência, e as questões envolvendo o aspecto de desenvolvimento no seu sentido mais amplo, que os debates junto com a Secretaria do Planejamento esses aspectos têm sido colocados em evidência de forma também muito oportuna. Ou seja, além da responsabilidade enquanto Conselho das deliberações sobre as questões específicas de Planejamento de Uso e Ocupação do Solo o Conselho, evidentemente, tem interesse de conhecer as propostas e manifestar-se a respeito delas e essas questões que a Secretaria do Planejamento tem levantado e que virão à tona de forma mais detalhada no momento das relatorias dos Planos. Observa que a Secretaria de Desenvolvimento Urbano, vem observando uma série de aspectos fundamentais referentes à questão do Estatuto da Cidade, dos regulamentos e das cautelas, inclusive dos pré-requisitos para que os Planos tenham uma ampla aceitação na sua formatação final principalmente no aspecto jurídico. Consulta os Conselheiros a respeito da proposta do calendário de reuniões que estima-se que será demandado um conjunto de, ao menos, oito reuniões – no caso aqui temos nove reuniões agendadas. Diz que é importante que se possa esgotar até maio esse debate. Coloca que o primeiro trimestre seria o horizonte desejável para que isso fosse realizado, o que objetivamente seria muito difícil de se alcançar. O calendário apresenta propostas até o mês de maio – iniciando no dia 30 de janeiro pela análise do Plano Diretor de Antonina e a data está estabelecida para o dia 30 de janeiro porque várias reuniões preparatórias ainda precisam ser feitas no âmbito das relatorias e tem as datas já sugeridas que serão comunicadas às equipes de relatorias para reuniões nos dias 12, 19 e 26 de janeiro. Todas essas datas caem nas sextas-feiras, tendo no dia 30 janeiro já mais consolidado esse trabalho conjunto de análise. Os três primeiros Planos que são colocados nesse calendário são os planos que estão sendo objeto de análise de relatoria – Plano de Antonina no dia 30 de janeiro; Matinhos no dia 13 de fevereiro; Plano Diretor de Guaraqueçaba no dia 27 de fevereiro. Todas essas datas caem terças-feiras para facilitar a fixação de uma data. O horário está em aberto – manhã ou tarde. O Conselheiro Luciano Pizzato pergunta se as reuniões não poderiam ser às segundas-feiras, já que se houver a reunião de governo às terças-feiras que às vezes se prolonga. Segunda-feira permite que se tenha uma agenda um pouco mais dinâmica. O Secretário Executivo informa acerca das duas participações, em princípio então a antecipação em um dia das datas passando para segunda-feira as reuniões. Outra que por sugestão do Conselheiro Edmir que não está presente de as reuniões sejam realizadas nos municípios do Litoral. Informa que a Secretaria Executiva proporá em tempo adequado, sugestão e convite aos municípios para que acolham as reuniões do Conselho. Informa que na seqüência incluiu-se o dia 12 de março - Plano Diretor da Ilha do Mel que foi submetido a este Conselho para apreciação pelo Presidente do Conselho do Litoral e Secretário do Meio Ambiente e também como uma iniciativa do IAP que precisa ter esse debate estabelecido. Diz que o debate vai acontecer dentro do Conselho Gestor da Ilha do Mel e dentro do Conselho do Litoral necessariamente. Agora no dia 26 de março o Plano Diretor de Guaratuba; dia 9 de abril Pontal do Paraná; dia 23 de abril o Plano Diretor de Paranaguá; dia 7 de maio um debate sobre o Plano Diretor de Morretes. A maior parte das instituições governamentais está participando da formulação do Plano, o horizonte de conclusão do Plano de Morretes é junho/julho do ano que vem. Imagina-se que será possível construir conjuntamente com o município de Morretes uma série de orientações para que, nessa altura do ano, em maio, ele possa incorporar fortemente essas diretrizes e as expectativas do Estado e o Plano, evidentemente, depois de

109

110 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

111

112

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

114

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

115

116

117

415 formalizado e aprovado vai ter que passar por um momento de aprovação formal junto ao
416 Conselho. E no dia 21 de maio, segunda-feira, culminando esse processo todo a revisão
417 geral que vai estar sendo feita evidentemente ao longo desse tempo todo, do conjunto da
418 legislação estadual que regula o Planejamento do Uso e Ocupação do Solo. Esclarece
419 que o calendário é uma proposta para discussão dos Srs. Conselheiros que mostra,
420 claramente a tarefa pesada que o Conselho terá pela frente, mas de extrema importância
421 e relevância e este momento é de incorporar as novas orientações, as novas
422 normatizações inclusive da legislação ambiental que possam aproveitar esse processo de
423 aprovação dos Planos e internalizar em nível municipal também uma série dessas
424 diretrizes. A seguir, diz que o encaminhamento é abrir a palavra aos Conselheiros para
425 que, além das alterações já sugeridas, se decida se esse encaminhamento está
426 adequado, se é possível tentar encurtar esse calendário – significaria reuniões mais
427 pesadas para discutir dois Planos usando o dia inteiro. Entende que essa seria uma
428 forma, uma solução de compromisso razoável para a necessidade de, rapidamente, os
429 municípios já terem essa definição no primeiro semestre de 2007 e a necessidade de que
430 muitos trabalhos técnicos terem que ser articulados, abrindo espaço para que isso possa
431 ser viabilizado. Abre a palavra. A Conselheira Vera Mussi manifesta-se dizendo que acha
432 que não há como se encurtar o calendário. O Sr. Amauri Medeiros Cavalcanti,
433 representando o Secretário de Estado dos Transportes, diz que no caso específico do
434 Plano Diretor de Guaratuba, gostaria de alertar da obra que se tem na Av. Paraná que
435 realmente necessita de algumas medidas. Diz que gostaria de colocar, no caso está
436 considerado, aqui, dia 27 – discussão do Plano Diretor de Guaratuba. Diz não saber se
437 isso aí iria, no caso, ter algum problema no que diz respeito à licença ambiental
438 necessária para o desenvolvimento da obra que está em andamento. O Secretário
439 Executivo, Sr. Luiz Fernando Braga, agradece e explica que na realidade a questão do
440 licenciamento da Avenida Paraná e da discussão do Plano de Guaratuba, que está em
441 curso através de um grupo de trabalho já constituído, não precisa necessariamente
442 esperar a definição final do Plano Diretor. Entende que os calendários têm que ser
443 dissociados. Já houve várias reuniões, inclusive visita conjunta em campo, promovida
444 pelo IAP a esse respeito e na ocasião estabeleceu-se uma estratégia que depois se
445 mostrou insuficiente para alcançar o problema. Tem-se um primeiro trecho já licenciado,
446 que já foi objeto de intervenção no município e entende-se que seria possível licenciar o
447 segundo trecho dentro da área urbana que iria de onde terminou a intervenção atual até a
448 estação da Sanepar, abrindo espaço de um tempo maior para se discutir o licenciamento
449 do trecho mais complexo que é da Sanepar até o acesso da avenida junto a PR em
450 Coroados. Como isso não se mostrou passível de ser aproveitado, porque as obras têm
451 que ficar paralisadas agora durante a temporada neste segundo trecho, realmente a
452 estratégia foi atropelada. Diz que de qualquer forma no começo de janeiro essa é uma
453 pauta fundamental para se tratar para tentar chegar a uma orientação, uma definição a
454 esse respeito para que possa abrir espaço para a retomada das obras pelo próprio DER.
455 O Sr. Amauri Medeiros Cavalcanti coloca que há um problema relativo a uma tubulação
456 da Sanepar, que foi executada ainda em 2002, se não lhe falha a memória. E essa
457 tubulação está praticamente em quase metade da avenida do trecho bem no meio da
458 pista e numa profundidade muito pequena, em torno de 40 cm. Então esta tubulação
459 deverá ser removida e, pelo que se tem conhecimento, parece que a Sanepar está
460 licitando isso. Isso é um complicador na medida que é justamente na seqüência dos

118

119

120

121

122 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

123

124

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

126

127

128

129

461 trabalhos ali. É necessário decidir como agir tendo em vista essa situação complicadora
462 no momento. O Secretário Executivo pergunta em que trecho é essa canalização da
463 Sanepar. O Sr. Amauri solicita que o Sr. Márcio Tozo, gerente da obra, responda. O Sr.
464 Márcio Tozo diz que quando se fez essa obra de Guaratuba, pediu-se mais 1600m que ia
465 até a Sanepar, essa autorização ambiental. Informa que essa autorização deve estar
466 quase saindo, mas foi deflagrado um problema. A Sanepar tem uma tubulação que sai da
467 Rua Tibagi, que foi onde se pediu a autorização, mais 4,6 km de tubulação no meio da
468 avenida. É uma tubulação de 600mm de fibra, portanto, se for colocado um rolo
469 compactador em cima estoura essa tubulação o que implicaria em deixar Guaratuba sem
470 água novamente. Explica que em reunião com a Sanepar no dia de ontem informaram
471 que licitaram a remoção dessa rede, mas só podem atuar lá depois de março para não
472 causar problemas. O Secretário Executivo, Sr. Luiz Fernando Braga informa que por
473 orientação do Sr. Presidente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, será agendada para a
474 primeira semana de janeiro, após o recesso, uma reunião com todas as instituições
475 envolvidas para retomar a questão do licenciamento como um todo mais objetivamente o
476 problema referente a essa infra-estrutura, obra da Sanepar. Só observa que na realidade
477 permaneceremos com essa dificuldade, porque ficou realmente difícil executar esse
478 segundo trecho que daria tempo para aprofundar a análise para o licenciamento do
479 terceiro trecho. O segundo trecho é exatamente o trecho que está o problema da
480 tubulação da Sanepar. O Sr. Presidente pergunta se a situação é no segundo trecho todo
481 e o Sr. Márcio responde que não que são em 4,6 km e que no terceiro trecho não tem e
482 informa que a avenida como um todo tem 9,08 km. O Secretário Executivo pergunta se há
483 mais alguma colocação e não havendo passa a palavra ao Sr. Presidente e informa que
484 na seqüência far-se-á o encaminhamento para a aprovação do calendário de reuniões. O
485 Sr. Presidente, Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues diz que dando seqüência à pauta
486 tem dois informes, o primeiro com relação a balneabilidade do litoral e o segundo da obra
487 que foi contratada, através da Universidade Federal do Paraná, do projeto básico de rede
488 de macro-drenagem do litoral como um todo. A última drenagem foi feita em 1963, pelo
489 DNOS ou DNOX e quando foi feita teve a preocupação de incorporar novas áreas ao
490 processo produtivo, na época de criação de búfalo ou de arroz de incorporação para
491 agricultura e muito menos para tratar da expansão das cidades. E isso foi feito em
492 diversos pontos e hoje se percebe que esses canais são o grande vetor do prejuízo da
493 balneabilidade do litoral. Então contratou-se a FUNPAR, um contrato de 153 mil reais
494 para desenvolver (neste período já está sendo executando) e acredita-se que até final de
495 março já estará disponível um projeto básico para construir uma drenagem que levem em
496 conta esses pontos como os da balneabilidade. Diz que não há recursos suficientes para
497 que o litoral tenha 100% de coleta de esgoto num curto espaço de tempo, mas essa
498 possivelmente será uma alternativa para diminuir, se o projeto assim indicar, a
499 concentração disso ao invés de se ter quatro ou cinco canais, serão dois ou um, o que o
500 projeto indicar, e a possibilidade de manejar essa água principalmente do município de
501 Matinhos no sentido de conduzi-lo através do canal do Pontal. Então, são possibilidades
502 que estão sendo discutidas e que era para se ter executado isso antes, mas o período
503 eleitoral acabou prejudicando a intensificação dessa ação. Assim, até o final de março, o
504 projeto básico será apresentado ao Conselho para deliberação. Esclarece que será
505 necessária a deliberação do Conselho, até porque será uma grande intervenção a ser
506 feita no litoral, mas com este enfoque exclusivamente sobre a balneabilidade. Sobre a

130

131

132

133

134 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

135

136

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

138

139

140

141

507 balneabilidade informa que este ano mudou-se a metodologia, não em relação à forma de
508 fazer que continua igual. As coletas de água estão sendo aos domingos e as análises
509 serão semanais. Amanhã será divulgando o primeiro boletim. Os pontos, já considerados
510 pelos últimos cinco anos como pontos que, em nenhum momento da análise, deu próprio
511 para banho. Esses pontos estão sendo considerados já como área de risco e terão as
512 barracas nesses pontos de forma definitiva. São pontos onde já não se está coletando e
513 nem vai coletar; por sua vez, serão aumentados o número de pontos nas áreas de banho.
514 Esclarece que apesar das soluções também caminharão por dentro do governo, percebe-
515 se que enquanto a sociedade não fizer sua parte não há como assumir a
516 responsabilidade dessa balneabilidade. Continua-se com as ligações, com números
517 extremamente baixos, já foram feitas mais de dez visitas por casa – principalmente no
518 município de Guaratuba onde a prefeitura foi a grande parceira dessas visitas. Mais de
519 dez visitas por residência e não se encontra por parte dos proprietários a iniciativa de
520 fazer essas ligações. Foram feitas notificações invocando a Lei de Crimes Ambientais e
521 nessa operação agora serão visitadas casa por casa, e nas casas que não foram feitas
522 serão autuadas pela Lei de Crimes Ambientais. Em Guaratuba foram 983 notificações no
523 mês de setembro – com prazo para se fazer até o final de setembro. Acredita que esse
524 ofício deve ter sido em julho. É uma questão extremamente complicada para o Litoral até
525 porque, não se está adotando com rigor a fossa séptica indicada pela ABNT. Enquanto
526 que outros Estados, principalmente Santa Catarina, aplica com rigor essa legislação,
527 ainda estamos tolerando dentro dos poderes públicos municipais a instalação de
528 fossinhas compradas em material de construção e que não resolvem nada para a
529 destinação dos resíduos de cada propriedade. E o grande impactado por essa
530 inobservância do próprio proprietário é ele mesmo, porque ele pode dar descarga – de
531 manhã e ser atingido pelo resíduo à tarde. É uma ação antipática – principalmente aos
532 gestores do Executivo e dos setores legislativos no Litoral, mas não se pode recuar
533 enquanto os investimentos que o Poder Público colocou para serviço da qualidade
534 ambiental do Litoral não seja atendido pela população. Informa que o deputado Nelson
535 Justos quando foi Presidente da Sanepar fez um investimento em Guaratuba e segundo
536 ele fez questão de ir, casa por casa, tem 137 casas, um investimento feito há 12 anos
537 tinha apenas 9 ligações. Então, é um problema cultural e não é só do Litoral não! Aqui se
538 tinha esse problema no Jardim Social e ainda tem e se está tentando finalizar. Onde
539 tinham 3222 ligações irregulares só no rio do Parque Portugal – Novo Tarumã com Rio
540 Marumbi. E percebe-se que depois dessa ação hoje está em torno de cento e poucas
541 ligações porque os proprietários não permitiram a entrada dos nossos técnicos e nem da
542 Sanepar, para vistoriar, e foram também notificados pela Lei de Crimes Ambientais.
543 Percebe-se que o rio diminuiu em mais de 2/3 a sua vazão depois dessa operação com
544 essa regularização. Então é cultural, não é do Litoral. Diz que são esses os informes. Que
545 o projeto da drenagem que será apresentado aos Conselheiros numa visão de construção
546 primeiro, a balneabilidade que se deseja e que essa balneabilidade, dentro desse rigor
547 técnico que se coloca, seja, no futuro, a grande atração do veranista, principalmente dos
548 turistas que são poucos. Segundo dados da própria Secretaria de Turismo temos em
549 torno de 8% de turistas no Litoral. O grande diferencial em relação aos demais balneários
550 do Sul do Brasil: Santa Catarina tem uma média de 4 pontos por praia, de coleta; o Rio
551 Grande do Sul tem uma média de 2 pontos de coleta, por praia; e o Paraná uma média
552 de 12 pontos por praia. Dessa forma se está atrás do ponto de poluição exatamente para

142

143

144

145

146

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

147

148

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL

150

DO LITORAL PARANAENSE - COLIT

151

152

153

553 proteger a saúde dos veranistas, dos nossos turistas. E não se vai recuar em relação a
554 isso, porque existe a certeza que o objetivo final e que será alcançado é obter uma
555 balneabilidade reconhecida e que seja a grande atração dos banhistas e que essa sujeira
556 não seja varrida para debaixo do tapete. Encerra perguntando ao Secretário Executivo se
557 há mais algum assunto a ser tratado. O Secretário Executivo encaminha a formalização
558 da aprovação do calendário, e consulta os senhores Conselheiros concordam com o
559 calendário com as alterações já propostas de antecipação para segunda-feira e
560 automática prorrogação dos prazos das relatorias para as datas correspondentes. Solicita
561 que os que concordam permaneçam como estão. Não havendo manifestações foi
562 APROVADO POR UNANIMIDADE tanto o calendário ajustado para segunda-feira quanto
563 a prorrogação dos prazos das relatorias. Na seqüência abre-se a palavra e o Conselheiro
564 Sérgio Gonçalves de Lima que pondera que quando o Secretário colocou sobre a questão
565 cultural entendeu a necessidade de manifestar-se no sentido de que cultura tem a ver
566 com educação; ou educação tem a ver com cultura e vice e versa dependendo do
567 momento que se olhe. Nesse sentido pergunta se o Conselho do Litoral, vinculado
568 estritamente à questão do meio ambiente, não poderia começar a desenvolver uma
569 campanha exatamente em cima da questão cultural promovendo a educação da
570 população. Entende que o Conselho tem esse dever, porque simplesmente aceitar que é
571 uma questão cultural e o próprio Secretário ir pessoalmente pedir que façam a ligação no
572 devido caminho do esgoto, acho que é uma atitude nobre mas, que não reflete a
573 importância do Conselho e dos demais conselhos e órgãos que tratam do meio ambiente.
574 Assim, propõe que o Conselho com a ajuda de ONG's, dos meios de comunicação e até
575 procure estabelecer um grupo de trabalho para criar uma comissão no sentido de
576 promover, de forma educacional da população não só do Litoral mas, quem sabe, do
577 Paraná como um todo a respeito da importância que é a questão do meio ambiente. O
578 Secretário Executivo do Conselho, Sr. Luiz Fernando Gomes Braga, agradece ao
579 Conselheiro e observa que já existe um trabalho articulado em curso, não exatamente
580 com esse objetivo. Coloca que entende a proposta do Conselheiro da criação de um
581 grupo com um objetivo específico voltado para a educação ambiental e em especial para
582 a questão de saneamento no Litoral paranaense. Informa que o grupo de trabalho já
583 estabelecido é mais amplo e promovido pela Secretaria de Meio Ambiente, IAP junto ao
584 Ministério Público e a Sanepar e vem discutindo em reuniões públicas em vários
585 municípios a questão da balneabilidade e do saneamento. Coloca que a Secretaria acolhe
586 tal solicitação, e que será dado o encaminhamento adequado. Passa então aos informes
587 da Secretaria Executiva: o primeiro é (será formalizado ao Sr. Presidente) que nas
588 reuniões dos grupos de trabalho das relatorias houve a solicitação que além da
589 participação do Conselho do Litoral que tem uma representação em alguma medida do
590 sistema SEMA que houvesse também a participação e designação direta de
591 representantes da SEMA, propriamente dita, da Sudersha, do IAP e do ITC neste grupo
592 de trabalho para incorporar mais fortemente as visões específicas desses órgãos na
593 análise dos Planos Diretores. Informa também que tem sido discutido no âmbito do
594 Conselho Gestor da Ilha do Mel, o Plano de Abastecimento de Água Potável promovido
595 pela Companhia de Saneamento de Paranaguá - CAGEPAR, e que reflete em aspectos
596 que dizem respeito ao tombamento da Ilha. Informa que um dos aspectos que tem sido
597 bastante discutido, além dos aspectos técnicos de forma geral, é o impacto na paisagem
598 de algumas dessas estruturas de instalações, especialmente os reservatórios, que são

154

155

156

157

158 **SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS**

159

160

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

162

163

164

165

599 reservatórios de grande porte, alguns deles com 350 mil litros de capacidade, que
600 tecnicamente precisa ter uma cota elevada. Explica que ou é construído sobre uma
601 estrutura, forma-se uma torre e obviamente vai se ter um impacto na paisagem ou se
602 utiliza das elevações da ilha sobre os morros. E a proposta inicial trouxe uma indicação
603 que, apesar de tecnicamente adequado, do ponto de vista da paisagem do tombamento
604 da Ilha já se identificou como bastante complexo. Essa questão foi objeto de várias
605 reuniões no Conselho Gestor e será trazida, em tempo hábil, ao Conselho do Litoral e
606 também deverá ser encaminhada ao Conselho Estadual do Patrimônio Cultural para uma
607 manifestação a respeito da questão da paisagem, tendo em vista o tombamento da Ilha
608 do Mel. Observa ainda uma notícia também na área da cultura. Está sendo encaminhado
609 o processo de tombamento do Centro Histórico de Morretes, a partir da Secretaria da
610 Cultura e da sua Curadoria do Patrimônio Cultural. No momento em que se discute o
611 Plano Diretor de Morretes é uma notícia extremamente alvissareira, nos foi trazida pela
612 colega Maria Inês, da SEDU. E é importante chamar atenção que num momento como
613 esse é apropriado para consolidar os vários planos e várias iniciativas que já estão em
614 curso há algum tempo relativos aos municípios do litoral. Agradece e abre a palavra aos
615 Conselheiros para alguma manifestação adicional. O Conselheiro Sérgio Lima diz que
616 com relação a proposta colocada por ele propõe-se a participar do grupo, enquanto
617 técnico. O Senhor Presidente, Lindsley da Silva Rasca Rodrigues agradece ao Sindicato
618 pelas canetas distribuídas aos Conselheiros, à Secretária Vera Mussi por trazer as belas
619 publicações e agradece a participação dos Conselheiros pelo trabalho durante o ano todo.
620 Deseja a todos um Feliz Natal e um próspero 2007 e que a esperança vença o medo, que
621 este país deslanche com a colaboração de todos, lembrando que esse processo coletivo
622 de construção das políticas públicas é fundamental no processo. Informa que ainda hoje
623 assinará uma Resolução pela qual a Secretaria desenvolverá e escutará todos os setores
624 antes de definir a legislação pretendida. Coloca que conheceu o Conselho Nacional do
625 Meio Ambiente - Conama, o qual tem Câmara Técnica, onde se dão as discussões e que
626 depois a Câmara Técnica vai ao plenário, faz audiências, faz reuniões técnicas e um
627 processo de construção dessa forma cria uma cumplicidade entre aqueles que participam
628 em ajudar na defesa do que está sendo implementado, como a questão do esgoto. A
629 partir do momento que se discute aqui se reforça o trabalho, porque o que se quer é o
630 litoral cada vez mais equilibrado ambientalmente, cada vez mais bonito, são belezas
631 naturais que o mundo não tem. Afirma que tem viajado por aí e percebido que só nós
632 temos o que temos e não damos valor ao que temos. Hoje existe um turismo no mundo
633 voltado para conhecer a fauna, que hoje não existe mais, principalmente nos países
634 europeus, está desaparecido na América do Norte, e que dá uma grande oportunidade de
635 exploração desse mercado através da observação de animais. A Serra do Mar tem
636 abrigado bastante esse tipo de turismo assim como o Caminho de Itupava que valoriza
637 demais o litoral paranaense e com certeza esse caminho vai ficar na agenda de visitação
638 do mundo, porque foi por ali que as tropas subiram para criar Curitiba, para desenvolver
639 nosso Estado. É uma parceria que fizemos junto com a Secretaria da Cultura, publicamos
640 um livro sobre esse caminho resgatando-o e assim ajudaremos na construção de outros
641 livros que tratam de outros caminhos. São ações que temos feito de amor ao litoral. Acho
642 que se tem alguém que gosta desse litoral mais do que o governador eu desconheço,
643 porque ele coloca esse empenho pessoal. Ontem mesmo ele estava lá e em uma hora e
644 meia foram dois telefonemas para soluções de algumas coisas. O investimento que se fez

166

167

168

169
170
171
172
174
175
176
177

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

**CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL
DO LITORAL PARANAENSE - COLIT**

645 no litoral é para deixá-lo autogestado, que não tenha essa dependência exclusiva desses
646 dois meses, que às vezes dá dois meses de sobra no sentido que nossa economia passe
647 a ser gestada a partir desses dois meses, mas que criem estruturas permanentes para
648 que possa ter, como ele chamou ontem: “Estou aqui, abrindo a Operação Verão nas
649 cidades universitárias de Matinhos e Pontal”, onde tem o campus também. Esse é o
650 sentido que ele coloca nas ações que tem feito lá de amor ao litoral. Às vezes
651 incompreendida por alguns, como na reunião passada, em relação aos pescadores. Mas
652 se tirarmos tudo agora os filhos dos pescadores, os seus descendentes poderão estar
653 comprometendo seu futuro à frente. Estamos fazendo as ações nesta perspectiva, não só
654 da preservação, mas do equilíbrio sócio ambiental. Novamente agradece aos presentes.
655 E, nada mais havendo a tratar, eu Luiz Fernando Gomes Braga, Secretário Executivo do
656 COLIT, lavrei a presente ata que vai assinada pelo Senhor Presidente e por mim.

657
658
659
660

Lindsley da Silva Rasca Rodrigues
Presidente

Luiz Fernando Gomes Braga
Secretário Executivo

178
179
180